

Anex X

An Const

# Hélio Silva repudia uso de modelo estrangeiro



A Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso vai apressar os trabalhos

## Anteprojeto tem esboço pronto em dez meses

Rio — A comissão de estudos constitucionais, reunida ontem no Rio, decidiu criar comitês regionais e subcomissões temáticas, para preparar, em dez meses, um "esboço de anteprojeto" da Constituição a ser encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso-Constituinte convocado para 1987.

Os quatro comitês regionais (Brasília, Rio, São Paulo e Minas), e as nove subcomissões temáticas vão receber e propor sugestões, discutir os grandes temas do País e preparar relatórios para discussão no final da primeira etapa dos trabalhos, dentro de quatro meses.

O Palácio Itamarati, antiga sede do Ministério das Relações Exteriores, foi o local escolhido para a segunda reunião da comissão instalada há duas semanas em Brasília.

### Emoção

No prédio, construído há 130 anos, reuniu-se a comissão constitucional de 1934, presidida pelo chanceler Afrânio de Mello Franco, pai do professor Afonso Arinos, presidente da atual comissão. Como a comissão de 34 tinha pouco mais de uma dezena de integrantes, foi reunida no Salão dos Índios.

O professor Afonso Arinos, de 80 anos, com dificuldade para ouvir, deu impressão de se emocionar quando o usineiro paraibano Odilon Ribeiro Coutinho lembrou a comissão constitucional de 34. Mas por ser muito amplo e dispersivo, o salão de conferência do palácio foi desaprovaado e a próxima reunião da comissão será na Fundação Getúlio Vargas, no Rio.

Dos 51 integrantes da comissão, compareceram à reunião plenária 45.

## Comissão vai ouvir líderes

O relator da Comissão Mista do Congresso Nacional — responsável pelo estudo da mensagem presidencial que convoca a Assembleia Nacional Constituinte — deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), irá iniciar esta semana contatos com todas as lideranças partidárias com o objetivo de conhecer qual a opinião dos partidos sobre a convocação da Constituinte. Dentre os vários temas que serão tratados, um deverá ter um aprofundamento maior: a questão da prorrogação dos atuais mandatos legislativos. Bierrembach disse que "prorrogar mandatos não é preocupação de ninguém na comissão", mas admitiu que a tese vem sendo discutida por integrantes de diversos partidos.

Por enquanto, de acordo com o relator, a comissão não tem nenhuma opinião formada sobre a convocação da Constituinte. Existem apenas posições pessoais, "a posição coletiva somente começará a ser conhecida a partir de primeiro de outubro" — quando terminam as audiências que vêm sendo realizadas para que sejam conhecidas as opiniões dos diversos setores sociais sobre a Constituinte.

O deputado por São Paulo admitiu que, se for preciso, irá conversar com os integrantes do governo Sarney para conhecer melhor qual é a posição oficial do Poder Executivo sobre esta Constituinte.

Hoje a Comissão irá ouvir o presidente da Central Única dos

Trabalhadores, Jair Meneghelli. Ele irá defender a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva — eleita com o único propósito de redigir uma nova Carta Magna. A candidatura avulsa e a revogação do chamado entulho autoritário também serão propostas defendidas pelo sindicalista.

Em sua opinião, a mensagem presidencial apenas transfere o poder constituinte para um poder constituído. Por isso, sair considera ilegítima a forma de convocação da Constituinte feita pelo presidente Sarney. Para o líder sindical, a Assembleia acabará por legislar em causa própria.

A candidatura avulsa é defendida por Meneghelli porque ela permitiria que pessoas conhecedoras da realidade social, brasileira, impedidas por ética profissional de se filiarem ou serem identificadas com partidos políticos, fossem escolhidas como constituintes pelo conhecimento da realidade social do País. Citou como exemplo prático o caso de Walter Barelli — diretor-técnico do DIEESE — com acesso a informações estatísticas dos sindicatos e, por isso mesmo, impedido de filiação partidária para não ferir a credibilidade do seu trabalho.

Quanto à comissão de estudos constitucionais, criada pelo Poder Executivo para elaborar um anteprojeto de Constituição a ser entregue a Assembleia Nacional Constituinte, o presidente da CUT disse ser "radicalmente contra a comissão dos notáveis".

Natal — «O Brasil tem sua própria realidade e nós precisamos fugir daquele que é o pior tipo de colonialismo — o cultural. Chega, por exemplo, de ficar dando ouvidos a professores estrangeiros que mal sabem pronunciar a nossa língua e, ainda assim, querem nos impor modelos políticos.»

Tamãha indignação partiu do médico, jornalista e historiador Hélio Silva, ao descartar a necessidade dos constituintes brasileiros que serão eleitos em 1986 buscarem inspiração em constituições estrangeiras para elaborar a nova Carta Constitucional do País. Embora refute a necessidade de usar como espelho o modelo constitucional adotado em países como Estados Unidos e Inglaterra, o historiador julga conveniente alertar a sociedade para os riscos que rondam o trabalho dos futuros constituintes.

Ele contesta a delegação de poderes constituintes a um parlamento que será eleito para cumprir mandato convencional, apontando como anomalia também a inclusão, na Assembleia Nacional Constituinte, dos senadores biônicos.

Não é possível fazer uma Constituinte representativa das expectativas da sociedade aproveitando os senadores que não foram eleitos pelo voto popular e que formam hoje um terço do Senado. Uma constituinte com este tipo de vício não será capaz de elaborar uma Constituição de boa qualidade. Corremos o risco de ter uma carta casuística e confusa, já que os eleitos legislarão para eles mesmos.

O historiador considera indispensável a inclusão, na nova Carta, de alguns tópicos que ressaltem o caráter reformista que impulsionou o governo a convocar a Constituinte, eliminando normas autoritárias promulgadas para legitimar e dar sustentação a um Estado igualmente autoritário:

— É preciso regular a existência harmônica dos três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — definindo com clareza suas liberdades e seus deveres. É preciso, também, regular o papel das Forças Armadas e redefinir o sistema federativo, ampliando a autonomia dos Estados e municípios, para evitar que continue a mendicância de recursos junto ao Governo Federal.

Ele ressalta um outro aspecto valorativo da Constituinte ao enxergar, na sua convocação, o momento ideal para tornar o Congresso mais representativo encaixa nessa linha de raciocínio sua defesa da eleição de um parlamento com atribuições exclusivamente constitucionais:

— Temos que aproveitar essa fase de transição política para fazer uma série de mudanças essenciais às instituições políticas do País. A nova Constituição deve fixar, por exemplo, a necessidade de um quórum bem mais amplo para a aprovação de emendas. E por aí que passa a minha tese de eleger primeiro uma Constituinte, que elaboraria novas normas para a eleição do Congresso. Se não for assim, repito, corremos o risco de ter uma Assembleia Nacional Constituinte legislando em causa própria e, de repente, pode aparecer por aí um deputado achando que ele tem o direito de «tocar piano» no Congresso.